

2.12. Especialidade Psicólogo

- a) pesquisar, planejar, elaborar, analisar, promover, atuar e acompanhar ações de integração, conciliação, mediação, lotação, acompanhamento, movimentação, formação, desenvolvimento e promoção da saúde;
- b) atuar como instrutor em ações de desenvolvimento de pessoas;
- c) subsidiar, quando necessário, as diversas áreas da Instituição nas ações pertinentes ao desenvolvimento de pessoas;
- d) propor, acompanhar e supervisionar a realização de estudos psicológicos para subsidiar o ingresso, o vitaliciamento e a orientação quanto ao desenvolvimento de magistrados;
- e) acompanhar e participar dos processos de reinserção, readaptação e desligamento profissional;
- f) elaborar laudos, pareceres, relatórios e outros documentos técnicos, compatíveis com sua área de atuação, relacionados a processos judiciais;
- g) realizar intervenções técnicas em audiências de conciliação e mediação e em outras situações processuais, quando determinado por autoridade judicial;
- h) substituir a chefia no seu impedimento ou afastamento, quando indicado pelo superior hierárquico;
- i) participar de comissões e grupos de trabalho;
- j) realizar viagens a comarcas do interior do Estado para executar atividades relativas a sua área de atuação.
- k) elaborar relatórios, pareceres, atas e outros documentos relativos a sua área de atuação;
- l) executar outras atividades afins identificadas pelo superior hierárquico.

2.13. Especialidade Revisor Judiciário

- a) realizar atividades de nível superior, de natureza técnica, relacionadas a revisão e adequação linguística, ortográfica e gramatical de textos técnicos, administrativos, jurídicos e atos normativos;
- b) substituir a chefia no seu impedimento ou afastamento, quando indicado pelo superior hierárquico;
- c) participar de comissões e grupos de trabalho;
- d) elaborar relatórios, pareceres, atas e outros documentos relativos a sua área de atuação;
- e) executar outras atividades afins identificadas pelo superior hierárquico.

ANEXO IV AO CT. XXX/2022

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Até a publicação do edital que regerá o certame, o conteúdo programático poderá sofrer alterações.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: para o cargo de Oficial Judiciário das especialidades Assistente Técnico de Controle Financeiro e Oficial de Justiça, bem como para o cargo de Analista Judiciário das especialidades Administrador, Analista Judiciário, Assistente Social, Bibliotecário, Contador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico, Médico, Psicólogo e Revisor Judiciário (Considerar versão em Português do Sistema Operacional Windows e Ferramentas).

Equipamentos de microinformática: computador, monitor de vídeo, teclado, mouse, impressora, escâner (digitalização), multifuncional, webcam; portas USB e outros conectores; dispositivos removíveis; identificação e utilização das teclas de digitação, Escape, combinação, função, navegação.

Sistema operacional Microsoft Windows 7 e Windows 10: operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear; área de trabalho, ícones e atalhos; menu iniciar e barra de tarefas; execução de programas; Gerenciador de Tarefas do Windows; janelas; menus, faixa de opções e barras de comandos e de ferramentas; barra de estado; menus de contexto e atalhos de teclado; operações de mouse, apontar, mover, arrastar; resolução de tela e configuração de múltiplos monitores de vídeo; unidades locais e mapeamentos de rede; rede e compartilhamento; dispositivos e impressoras.

Arquivos e pastas (diretórios): nomes, extensões e tipos de arquivos; utilização do Windows Explorer; operações de abrir, criar, renomear, mover, copiar e excluir arquivos e pastas; compactar e descompactar arquivos (ZIP); cópias de segurança (backup).

Editor de texto Microsoft Word e LibreOffice Writer: criação e edição de documentos de texto; formatação de caractere, parágrafo, página, marcadores, numeração, estrutura de tópicos, cabeçalho e rodapé; ortografia e gramática, idioma e hifenização; tabelas; figuras e Galeria; visualização e impressão; exportar como PDF.

Planilha eletrônica Microsoft Excel e LibreOffice Calc: criação e edição de pastas de trabalho (documentos) e planilhas de cálculo (abas); referências a células; fórmulas e funções matemáticas, lógicas, de texto e de data e hora; formatação de células, condicional, cabeçalho e rodapé; importação de arquivos CSV; visualização e impressão; exportar como PDF.

Redes, Internet e Intranet: noções básicas redes de computadores, Internet e Intranet; web, navegadores; Mozilla Firefox, janelas e abas, limpar dados de navegação (histórico, cookies, cache), plug-ins; reconhecimento e digitação de endereços (URL), sítios (sites), caminhos e páginas; identificação e navegação por ligações (links); interação com controles e preenchimento de formulários; reconhecimento de cadeado de segurança (https) e prováveis golpes e fraudes.

Correio eletrônico (E-mail) e agenda: identificação de nomes e endereços de correio eletrônico; remetente, destinatários, cópias e cópias ocultas; Webmail; receber e enviar mensagens; incluir, remover e salvar arquivos anexos; formatação; pesquisar e classificar mensagens; regras e filtros de mensagens; organização em pastas, lixeira e arquivamento; gerenciar contatos, listas, agenda/calendário e tarefas; tratamento de lixo eletrônico (spam), reconhecimento de prováveis golpes, fraudes e boatos.

Segurança da informação, segurança cibernética e proteção da privacidade: conceitos fundamentais de segurança da informação, confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade, não-repúdio e privacidade; ameaças em computadores e redes; cuidados com a escolha e uso de senhas; boas práticas de prevenção de códigos maliciosos (malware, vírus, cavalos de troia, ransomware e outras pragas virtuais) em mídias removíveis, repositórios de rede, anexos em mensagens e links de páginas web; cuidados para proteção de dados pessoais à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Certificação digital: conceitos fundamentais de certificado digital de pessoa física e jurídica; identificação de validade e outros atributos de um certificado digital; ICP-Brasil, autoridades certificadora e de registro; token e outras mídias de certificado digital; conceitos, uso e cuidado de PIN e PUK; assinatura digital.

Videoconferência: agendar, organizar, apresentar e participar de reuniões remotas por videoconferência; ajustes de visualização, áudio e vídeo; recursos de mensagens de texto (chat) e gravação.

INGLÊS TÉCNICO: para o cargo de Analista Judiciário das especialidades Analista de Tecnologia da Informação

1. Compreensão de textos em língua inglesa: documentação, literatura e notícias técnicas; comunicação corporativa (prospecção técnica e comercial, suporte técnico, consultoria e afins).
2. Estratégias de leitura: reconhecimento do contexto geral (skimming) e de informações específicas (scanning); distinção entre ideias principais e subjacentes; inferência textual.
3. Gramática e vocabulário: elementos gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos; voz passiva; cognatos e falsos cognatos.

LÍNGUA PORTUGUESA: para todos os cargos/especialidades de nível médio e nível superior

1. Ortografia:
 - 1.1. Emprego das letras.
 - 1.2. Divisão silábica.
 - 1.3. Acentuação gráfica.
 - 1.4. Abreviaturas e siglas.
 - 1.5. Notações léxicas.
2. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.
3. Morfologia:
 - 3.1. Estrutura e formação de palavras.
 - 3.2. Classes de palavras.
 - 3.3. Flexão nominal: padrões regulares e formas irregulares.

3.4.Flexão verbal: padrões regulares e formas irregulares.

4. Morfossintaxe e sintaxe:

4.1.A oração e seus termos: emprego das classes de palavras; sintaxe de colocação das palavras; regência nominal e verbal; concordância nominal e verbal.

4.2.O período e sua construção: período simples e período composto; coordenação (processos, formas e sentidos); subordinação (processos, formas e sentidos).

4.3.Equivalências entre estruturas; transformação de estruturas.

4.4.Discurso direto, indireto e indireto livre.

4.5.Uso da crase.

5. Semântica:

5.1.Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hponímia, homonímia, paronímia e polissemia).

5.2.Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3.Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.

5.4.Valores semânticos das classes de palavras.

5.5.Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6.Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.

6. Leitura, análise e interpretação de texto:

6.1.Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica; relações contextuais; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura textual.

6.2.Elementos de estruturação: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.

6.3.Interpretação textual: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese textual; adaptação e reestruturação textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO: para todos os cargos/especialidades de nível médio e nível superior.

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

2. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

3. Compreensão do processo 780 que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

4. Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos, análise e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos.

NOÇÕES DE DIREITO: para todos os cargos/especialidades de nível médio e nível superior, exceto Analista Judiciário, especialidade Analista Judiciário.

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

a) Dos Princípios Fundamentais (art. 1º a 4º)

b) Dos Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º ao 17)

c) Da Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil (art.18 e 19)

- d) Da Administração Pública (art. 37 a 41)
- e) Do Poder Legislativo (art. 44 a 47 e 59 a 69)
- f) Do Poder Executivo (art. 76 a 83)
- g) Do Poder Judiciário (art. 92 a 126)
- h) Das Funções essenciais à Justiça (art. 127 a 135)
- i) Da Família, da criança, do adolescente e do idoso (art. 226 a 230).

2. Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989

- a) Dos Servidores Públicos (art. 20 a 37)
- b) Do Poder Legislativo (art. 52 a 72)
- c) Do Poder Executivo (art. 83 a 94)
- d) Do Poder Judiciário (art. 96 a 118)
- e) Das Funções essenciais à Justiça (art. 119 a 132)

3. Lei Complementar Estadual n. 59, de 18 de janeiro de 2001 (Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais).

- a) Da Organização e Divisão Judiciárias (art. 1º a 9º, 11 a 16, 23 a 31, 52 a 54, 82 a 85, 163, 236 a 257)
- b) Dos Direitos do Servidor (art. 260 a 272)
- c) Do Regime Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário (art. 273 a 290)
- d) Da sindicância e do processo disciplinar (art. 291 a 300)

4. Lei Estadual n. 869, de 5 de julho de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais).

Das Disposições Preliminares (art. 1º a 9º)

Das Licenças (art. 158 a 186)

5. Regimento Interno do TRIBUNAL (Resolução do Tribunal Pleno nº 03, de 26 de julho de 2012).

- a) Disposições Preliminares (art. 1º e 2º)
- b) Da Organização e do funcionamento (art. 9º a 11)
- c) Do Registro, Preparo e Distribuição de feitos (art. 62 a 78)
- d) Do Relator e do Revisor (art. 83 a 93)
- e) Da Pauta de Julgamento (art. 97 a 101)
- f) Do Julgamento (art. 102 a 120)
- g) Do Acórdão (art. 121 a 125)
- h) Dos Recursos Cíveis (art. 375 a 399)

- j) Dos Recursos Criminais (art. 484 a 509)
- h) Dos procedimentos comuns às jurisdições Cível e Criminal (art. 510 a 568).

6. **Licitação** - (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

- a) Do âmbito de aplicação da Lei (art. 1º a 4º)
- b) Princípios (art. 5º)
- b) Definições (art. 6º)
- c) Das Modalidades de Licitação (art. 28 a 32)
- d) Dos critérios de julgamento (art. 33 a 39)
- d) Do Processo de Contratação Direta, da Inexigibilidade de licitação e da Dispensa de licitação (art. 72 a 75)
- e) Das Infrações e sanções administrativas (art.155 a 163)

7. Lei federal 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

8. Resolução nº 217 da 3ª Assembleia Geral da ONU, de 10 de dezembro de 1948 (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

9. Código de Conduta do TRIBUNAL.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Oficial Judiciário/ASSISTENTE TÉCNICO DE CONTROLE FINANCEIRO

Contabilidade Pública:

1. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP (NBC T 16.1 a NBC T 16.11).
2. Conceitos e Princípios básicos da Lei nº 4.320/64.
3. A contabilidade governamental sob as regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (7ª Edição);
 - 3.1. Plano de Contas aplicado ao Setor Público: conceito, estrutura, contas do ativo, passivo, despesa, receita, resultado e compensação, características das contas, contas com função precípua de controle.
 - 3.2 Procedimentos Contábeis Orçamentários.
 - 3.3 Procedimentos Contábeis Patrimoniais
4. Balancete: características, conteúdo e forma.
5. Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei nº 4.320/64.
6. Conceitos de Contabilidade Pública presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Licitações, contratos e convênios:

1. Conceito.
2. Finalidades.

3. Princípios e objeto.
4. Normas Gerais de Licitação.
5. Lei nº 14.133/2021.
6. Sistema de Registro de Preços - Decreto nº 46.311, de 16/9/2013, e alterações posteriores.
7. Contratos administrativos: conceitos, princípios, aspectos gerais, peculiaridades, cláusulas necessárias, formalização, execução, alterações, dissolução e extinção.

Administração Financeira

- 1- Orçamento Público: conceitos e princípios.
- 2- Orçamento - Programa: fundamentos e técnicas.
- 3- Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.
- 4- Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 6- Créditos Adicionais.
- 7- Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.
- 8- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.
- 9- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI: conceito, objetivos, principais documentos contábeis.
- 10- Tabela de eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos.
- 11- Contas a pagar e a receber – CPR.
- 12- Programação, execução e controle de recursos orçamentários e financeiros.
- 13- Empenho, liquidação e pagamento da despesa.
- 14- Guia de Recolhimento da União – GRU.
- 15- Controle e pagamento de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores.
- 16- Suprimento de fundos.
- 17- Conformidade de Registro de Gestão.
- 18- Retenção e recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços.
- 19- Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.
- 20- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP: conceitos e funcionalidades.

Noções de Direito do Trabalho:

- 1- Dos direitos constitucionais dos trabalhadores
- 2- Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral;
- 3- Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.
- 4- Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da culpa recíproca; da indenização.
- 5- Do aviso prévio.

6- Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário.

7- Do salário-mínimo; irredutibilidade e garantia.

8- Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias.

9- Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; 13º salário; das atividades insalubres ou perigosas.

Administração Pública:

1. Governança e Administração Pública: orçamento, planejamento, análises governamentais e organizacionais, inovação, governança de organizações públicas.

2. Temas Correntes em Administração Pública: ética; Lei da Ficha-Limpa; responsabilidade fiscal; responsabilidade orçamentária.

Contabilidade Geral:

1. Legislação e regulamentação trabalhista celetista e previdenciária do regime geral:

1.1. Conceitos e princípios básicos aplicáveis no cálculo das remunerações e dos encargos sociais e impostos retidos sobre a folha de pagamento.

1.2. Noções gerais sobre o e-social.

2. Legislação tributária:

2.1. Conceitos e princípios básicos da Lei nº 5.172, de 25/10/1966 - CTN;

2.2. Conceitos e princípios básicos da Lei Complementar federal nº 116, de 31/7/2003, aplicável ao tomador do serviço;

2.3. Conceitos e princípios básicos das obrigações tributárias, principal e secundária, nos serviços tomados de pessoa física e jurídica (retenções na fonte e declarações fiscais).

Mercado Financeiro:

1. Conceitos básicos de economia e finanças:

1.1. PIB, índices de Inflação (IPCA e IGP-M), Taxa Selic, Certificado de Depósito Bancário - CDI e taxa referencial – TR;

1.2. Relação entre taxa de juros nominal e real;

1.3. Fluxo de pagamentos valor presente e futuro, taxa de desconto;

1.4. Custo de oportunidade;

1.5. Taxa livre de risco;

1.6. Diferença entre ações e renda fixa;

1.7. Características dos títulos públicos (LFT, LTN, NTN-B e NTN-F);

1.8. Classificação de Fundos (ANBIMA); 1.9. Dinâmica de aplicação e resgate (carência).

Informática:

1. Microsoft Excel Avançado

1.1 Tabelas Dinâmicas

1.2 Fórmulas/funções avançadas: funções de pesquisa e referência; funções lógicas; e funções financeiras.

Conjuntos e Funções:

1.1 conjuntos numéricos racionais e reais - operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal; números e grandezas proporcionais; razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem.

1.2 Conceito de Função: Função Polinomial, Exponencial e Logarítmica.

Oficial Judiciário / OFICIAL DE JUSTIÇA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Processos: conceito, espécies, tipos de procedimento; distribuição, autuação e registro; protocolo; petição inicial; numeração e rubrica das folhas nos autos; guarda, conservação e restauração dos autos; exame em cartório, manifestação e vista; retirada dos autos pelo advogado; carga, baixa, conclusão, recebimento, remessa, assentada, juntada e publicação; lavratura de autos e certidões em geral; traslado; contestação.

2. Termos processuais cíveis e criminais e autos: conceitos, conteúdo, forma e tipos.

3. Função jurisdicional.

4. Sujeitos do processo.

4. Atos do Juiz: sentença, decisão interlocutória e despacho; acórdão.

5. Atos processuais: forma, nulidade, classificação e publicidade; processos que correm em segredo de justiça.

5.1. Da Prática Eletrônica de Atos Processuais.

6. Citação e intimação: conceito, requisitos, modalidades de citação: via postal, mandado, por edital; cartas precatória, rogatória e de ordem. Intimação na Capital e nas comarcas do interior; intimação do Ministério Público; contagem do prazo de intimação.

7. Prazos: conceito, curso dos prazos, prazos das partes, do juiz e do servidor, processos que correm nas férias. Autos eletrônicos.

8. Apensamento de autos: procedimento; requisitos da carta de sentença.

9. Autos suplementares: quando são obrigatórios, peças que devem conter; sua guarda.

10. Cumprimento de Sentença e Processo de Execução: citação, intimação, penhora, arresto, avaliação, impugnação e embargos à execução.

11. Dos Documentos Eletrônicos

12. A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública.

13. Centrais de Mandados: atribuições.

14. Bem de família.

15. Alienação fiduciária: normas de processo.

16. Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis: Dos atos processuais. Do pedido. Das citações e intimações. Da Revelia. Da conciliação e do Juízo Arbitral. Da Instrução e Julgamento. Da Resposta do Réu. Das Provas. Da Sentença. Dos Embargos de Declaração. Da extinção do processo sem julgamento do mérito. Da execução. Das Despesas.

17. Procedimentos nos Juizados Especiais Criminais: Da competência e dos atos processuais. Da fase preliminar. Do procedimento sumaríssimo. Da execução. Das despesas processuais.

18. Custas e emolumentos.

19. Distribuição de feitos: critérios para distribuição e escala de valores, ações que não dependem de distribuição.

20. Condição a ser observada para a distribuição de petição inicial; exceção.

21. Distribuição de feitos por dependência: conceito e casos em que ocorre.

22. Busca e Apreensão, remoção, reintegração na posse, imissão na posse, prisão civil, alvará de soltura, condução coercitiva de testemunha.

23. Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil): Dos auxiliares da Justiça – art. 149; Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça – art. 150, 151, 154 e 155; Da prática eletrônica de atos processuais – art. 193 a 199; Do tempo e do lugar dos atos processuais – art. 212 a 216; Do lugar - art. 217; Dos prazos – art. 218; Dos prazos – art. 231; Da verificação dos prazos e das penalidades- art. 233; Da comunicação dos atos processuais – art. 236 a 275; Da tutela provisória – art. 294 a 311; Da formação, da suspensão e da extinção do processo – art. 312 a 317; Da competência 782; Da citação do devedor e do arresto – art. 827 a 830; Da penhora, do depósito e da avaliação – art. 831 a 853; 870 a 875.

Legislação:

1. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).
2. Lei Federal nº 13.105 de 16 de março de 2015. (Código de Processo Civil).
3. Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (arts. 12 a 59 e 64 a 92).
4. Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública).

Decreto-lei nº 911, de 01 de outubro de 1969, alterado pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004.

Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais – Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, com alterações posteriores.

Provimento nº 73, de 25 de junho de 2002 da Corregedoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre o funcionamento das Centrais de Mandados do Estado de Minas Gerais.

Custas – Provimento-Conjunto nº 75/2018, com alterações posteriores.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL

1. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Direito de Empresa. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Sociedade Limitada Unipessoal.

Legislação:

1. Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
2. Lei Estadual 20.826 de 31 de julho de 2013 - Estatuto Mineiro da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).
3. Lei Estadual 13.994 de 18 de setembro de 2001 (Institui o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual).
4. Decreto Estadual 45.902 de 27 de janeiro de 2012 (Dispõe sobre o CAGEF e regulamenta o CAFIMP).

NOÇÕES BÁSICAS DE CUSTAS JUDICIAIS E TAXA JUDICIÁRIA

1. Contagem, Cobrança e Pagamento.
2. Não Incidência e Isenções.
3. Prazo para Pagamento
4. Fiscalização e Penalidades.

Estrutura organizacional e funcionamento da Corregedoria-Geral de Justiça, normatizados na Resolução nº 821/2016 e no Provimento nº 355/CGJ/2018.

Legislação:

1. Lei Estadual nº 14.939, de 29 de dezembro de 2003 (Lei de Custas e Taxa Judiciária)

2. Provimento-Conjunto nº 75, de 24 de setembro de 2018 (Regulamenta o recolhimento das custas judiciais, da taxa judiciária, das despesas processuais e dos demais valores e dá outras providências)

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL:

1. Serviços Notariais e de Registro. Natureza e Fins. Especialidades.
2. Notários e Registradores. Atribuições e Competências. Responsabilidade Civil e Criminal. Incompatibilidades e Impedimentos. Direitos e Deveres. Infrações Disciplinares e Penalidades.
3. Ingresso na Atividade Notarial e de Registro.
4. Prepostos
5. Fiscalização pelo Poder Judiciário
6. Extinção da Delegação
7. Emolumentos e Taxa de Fiscalização Judiciária

Legislação:

1. Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios).
2. Lei Estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Emolumentos e Taxa de Fiscalização Judiciária).
3. Provimento Conjunto nº 93/2020 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Analista Judiciário/ADMINISTRADOR

- 1 Evolução da administração.
 - 1.1 Principais abordagens da administração (clássica até contingencial).
 - 1.2 Evolução da administração pública no Brasil e a nova gestão pública.
- 2 Processo administrativo.
 - 2.1 Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle.
 - 2.2 Processo de planejamento.
 - 2.2.1 Planejamento estratégico: visão, missão e valores
 - 2.2.2 Diagnóstico organizacional; análise SWOT.
 - 2.2.3 Planejamento tático.
 - 2.2.4 Planejamento operacional.
 - 2.2.5 Administração por objetivos.
 - 2.2.6 Balanced Scorecard (BSC).
 - 2.2.7 Processo decisório.
 - 2.2.8 Estratégia organizacional e ambiente.
 - 2.2.9 Gestão da inovação.

- 2.2.10 Gestão do conhecimento.
- 2.3 Organização.
 - 2.3.1 Estrutura organizacional. Tipos de estruturas organizacionais.
 - 2.3.2 Estruturas organizacionais e a influência da tecnologia.
 - 2.3.2 Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo.
 - 2.3.3 Organização informal.
 - 2.3.4 Cultura organizacional.
- 2.4 Direção.
 - 2.4.1 Motivação e liderança.
 - 2.4.2 Comunicação.
 - 2.4.3 Descentralização e delegação.
 - 2.4.4 Trabalho em equipe.
 - 2.4.5 Comprometimento no trabalho.
- 2.5 Controle.
 - 2.5.1 Características.
 - 2.5.2 Tipos, vantagens e desvantagens.
 - 2.5.3 Indicadores de desempenho e o Sistema de medição de desempenho organizacional.
 - 2.5.4 Efeitos comportamentais do controle.
- 3 Gestão de pessoas.
 - 3.1 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas.
 - 3.2 Recrutamento e seleção de pessoas.
 - 3.2.1 Principais tipos, características, vantagens e desvantagens.
 - 3.2.2 Principais técnicas de seleção de pessoas: características, vantagens e desvantagens.
 - 3.3 Análise e descrição de cargos.
 - 3.4 Capacitação de pessoas.
 - 3.5 Gestão de desempenho.
 - 3.6 Saúde e segurança no trabalho.
 - 3.7 Indicadores de gestão de recursos humanos.
 - 3.8 Gestão estratégica de pessoas baseada em competências.
- 4 Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial.
 - 4.1 Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade.
 - 4.2 Ferramentas de gestão da qualidade.

4.3 Modelo da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ.

4.4 Modelo do Programa Nacional de Gestão Pública - Gespublica.

5 Gestão de projetos.

5.1 Planejamento e controle.

5.1 Análise e avaliação de projetos.

5.2 Ferramentas de gestão de projetos; principais características dos modelos de gestão de projetos.

5.3 Projetos e suas etapas.

5.4 Gestão de riscos: conceitos básicos e modelos de gestão de riscos.

6 Gestão de processos.

6.1 Conceitos da abordagem por processos.

6.2 Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos.

6.3 Processos e certificação ISO 9000:2000.

6.4 Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos.

7 Administração pública e noções de direito administrativo.

7.1 Administração Pública: conceito, estrutura, órgãos públicos, centralização, descentralização e desconcentração.

7.2 Princípios administrativos.

7.3 Organização administrativa: administração direta e indireta e fundacional.

7.4 Poderes e deveres dos administradores públicos.

7.5 Atos Administrativos: conceito, elementos, classificação e invalidação.

7.6 Servidores Públicos. Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

7.7 Responsabilidade civil da Administração Pública.

7.8 Bens Públicos: conceito, classificação e utilização.

7.9 Serviços Públicos: conceito, classificação e formas de execução.

7.10 Processo administrativo Lei nº 9.784/1999.

7.11 Improbidade Administrativa; Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

7.12 Boas práticas de transparência no setor público; Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e portarias regulamentares;

7.13 Paradigmas da Administração Pública e reformas administrativas: Administração Pública burocrática; estado do bem-estar social; a nova gestão pública; princípios; fundamentos.

7.14 Formulação e avaliação de políticas públicas: Estado e políticas públicas; o processo de política pública; as instituições e as políticas públicas; arranjos institucionais e política pública.

7.15 Planejamento público: planos; programas de governo.

7.16 Governança: princípios da governança; fundamentos e governança pública; governabilidade; accountability.

7.17 Gestão por resultados no setor público: metodologias de gestão; avaliação de programas e projetos públicos; indicadores de desempenho.

8 Administração Orçamentária e financeira.

8.1 Orçamento público: conceito, classificação e princípios.

8.2 Evolução dos modelos de orçamento e orçamento-programa.

8.3 O orçamento na Constituição de 1988.

8.4 O orçamento na Lei de Responsabilidade Fiscal.

8.5 Ciclo orçamentário.

8.6 Processo Orçamentário: sistema e processo orçamentário; elaboração da proposta orçamentária; mecanismos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA);

8.7 Mecanismos retificadores do orçamento, créditos adicionais e descentralização de créditos;

8.8 Execução orçamentária e financeira; controle e avaliação da execução orçamentária.

8.9 Classificações Orçamentárias: conceitos, classificações e estágios da despesa e da receita públicas.

8.10 Dívida ativa.

8.11 Regime de adiantamento (Suprimento de fundos).

8.12 Restos a pagar.

8.13 Despesas de exercícios anteriores.

8.14 Monitoramento e acompanhamento de orçamento e finanças.

9 Licitação pública.

9.1 Modalidades, dispensa e inexigibilidade.

9.2 Pregão.

9.3 Contratos e compras.

9.4 Convênios e termos similares.

9.5 Lei nº 14.133/2021

Analista Judiciário/ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. **Tecnologia da informação (TI):** conceitos fundamentais e aspectos modernos de infraestrutura e operação de TI e de desenvolvimento de software; computação em nuvem, hiperconvergência, infraestrutura e redes definidas por software, integração contínua, contêineres, arquitetura de microserviços, análise e inteligência de negócios; bancos de dados relacionais e não-estruturados.

2. **Demandas, requisitos e soluções:** aplicação de análise de negócio e de engenharia de requisitos na identificação, análise, elaboração e especificação técnica de demandas de informatização de processos de trabalho e serviços e de soluções de TI, com base no Guia para o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (BABOK) v3 e na Extensão Ágil do BABOK do International Institute of Business Analysis (IIBA) e nas melhores práticas de requisitos do International Requirements Engineering Board (IREB) e da disciplina de engenharia de software.

3. **Gerenciamento de serviços de TI:** Information Technology Infrastructure Library (ITIL) v4; conceitos fundamentais, princípios, dimensões do gerenciamento de serviços. Sistema de Valor de Serviço (SVS) e cadeia de valor de serviço; práticas de gerenciamento geral, de serviços e técnicas, cobrindo os propósitos, terminologia e compreensão das principais práticas descritas no ITIL 4 Foundation Syllabus; catálogo de serviços, requisição de serviço, incidente, mudança e problema.

4. **Gerenciamento de projetos e de trabalho:** Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBOK) v7 do Project Management Institute (PMI); conceitos básicos, estrutura e objetivos; ciclo de vida de projetos e de produtos; processos, grupos de processos e áreas de conhecimento de projetos; habilidades interpessoais do gerente de projetos; métodos e técnicas ágeis,

Manifesto Ágil e Agile Alliance, metodologia Lean, quadro kanban e Método Kanban, Scrum, DevOps.

5. Contratação de soluções de TI: guias de boas práticas e diretrizes em contratação de soluções de TI do SISP/Governo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU); Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019; planejamento das contratações, estudos preliminares, análise de viabilidade, estratégia, sustentação, análise de riscos e controles, com base na Resolução CNJ nº 182/2013; pesquisa e composição de preços; critérios de remuneração, indicadores de níveis mínimos de serviço; elaboração de termo de referência; apoio técnico e diligências em licitações; fiscalização e acompanhamento da execução contratual, recebimento provisório e definitivo, registro e notificação de irregularidades, aplicação de penalidades e sanções administrativas; planejamento e execução orçamentária, glosas.

6. Segurança da informação, segurança cibernética e proteção da privacidade: Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) conforme Resolução CNJ nº 396/2021; conceitos e técnicas de segurança cibernética e da informação, proteção, controles, ameaças, vulnerabilidades, ataques, criptografia, certificação digital; gestão e governança de segurança da informação com base nas normas NBR ISO 27001, 27002, 27003 e 27014; segurança cibernética com base nas normas ISO 27100, 27103, 27110 e 27032; frameworks de gestão e controles de segurança, NIST Cybersecurity Framework, NIST SP 800-53, CIS Controls v8, MITRE ATT&CK; gestão e controles de privacidade e proteção de dados pessoais com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e na norma NBR ISO 27701; gestão de riscos, continuidade de negócios e resposta a incidentes com base nas normas NBR ISO Guia 73, 27005, 31000, 31010 e 22301 e no NIST Risk Management Framework e NIST SP 800-37; critérios de avaliação para segurança de TI (norma ISO 15408 e Common Criteria).

7. Planejamento estratégico e governança corporativa de TI: conceitos fundamentais de planejamento estratégico e governança corporativa, com base no framework COBIT 2019 e a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) estabelecida pela Resolução CNJ nº 370/2021.

Analista Judiciário/ANALISTA JUDICIÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Dos Princípios Fundamentais.
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
3. Da Organização do Estado.
4. Da Organização dos Poderes.
5. Das Funções Essenciais à Justiça.
6. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
7. Do Sistema Tributário Nacional.
8. Da Ordem Econômica e Financeira.
9. Da Ordem Social.
10. Das Disposições Constitucionais Gerais.
11. Das Disposições Constitucionais Transitórias.
12. Da Constituição do Estado de Minas Gerais (arts. 1º a 37; 40; 52 a 143)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios do Direito Administrativo.
2. Administração Pública: conceito, princípios, finalidade, órgãos e agentes.
3. Administração Pública direta e indireta. Poderes Administrativos.
4. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação.
5. Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização, alteração, execução. Inexecução, revisão e rescisão. Gestão contratual.
6. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, procedimento, sanções administrativas e penais. Recursos administrativos. Sistema de Registro de Preços.

7. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação, concessão, permissão e autorização.
8. Servidores Públicos. Regime jurídico. Organização do serviço público. Direitos, deveres e proibições do servidor público. Responsabilidade Administrativa, civil e criminal do servidor público.
9. Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade.
10. Controle da Administração.
11. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público. Direito de regresso.
12. Limitações do direito de propriedade.
13. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação por necessidade e utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação indireta. Retrocessão. Servidão e requisição administrativa.
14. Processo Administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades.
15. Improbidade Administrativa.
16. Reformas Constitucionais Administrativas.
17. Convênios Administrativos.

DIREITO CIVIL

1. Da pessoa natural. Personalidade e capacidade. Da pessoa jurídica e seu registro. Da sociedade e das associações civis. Das fundações. Do domicílio civil.
2. Dos bens.
3. Dos fatos, atos e negócios jurídicos.
4. Dos defeitos dos atos jurídicos.
5. Da forma dos atos jurídicos e da sua prova.
6. Dos atos ilícitos.
7. Da prescrição e da decadência.
8. Obrigações. Conceito. Fontes. Modalidades. Efeitos. Extinção.
9. Contratos. Espécies.
10. Responsabilidade Civil.
11. Do Direito de Empresa. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Direito Processo Civil:

1. Das normas processuais civis: Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais.
2. Da competência interna: Da Competência. Disposições Gerais. Da modificação de competência. Da incompetência.
3. Da função jurisdicional: Da jurisdição e da ação.
4. Dos sujeitos do processo: Das partes e dos procuradores.
5. Do juiz e dos auxiliares da justiça: Dos auxiliares da justiça.
6. Dos atos processuais: Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais.

7. Da comunicação dos atos processuais.
7. Das nulidades.
8. Da distribuição e do registro.
9. Da tutela provisória: Das disposições gerais.
10. Da tutela de urgência: Das disposições gerais
11. Da tutela da evidência.
12. Da formação, da suspensão e da extinção do processo.
13. Do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença: Do procedimento comum.
14. Do cumprimento de sentença.
15. Do processo de execução: Da execução em geral.
16. Das diversas espécies de execução.
17. Dos embargos à execução.
18. Da suspensão e da extinção do processo de execução.
19. Mandado de Segurança.

DIREITO PENAL

1. Crimes contra a Administração Pública: Dos Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral. Dos crimes contra a administração da justiça.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. A norma processual penal no tempo e no espaço. Interpretação da norma processual penal.
2. Fontes do Direito Processual Penal. Aplicação da lei processual penal. Princípios disciplinadores do Direito Processual Penal. As garantias constitucionais e o Processo Penal.
3. Polícia e Inquérito Policial.
4. Ação Penal. Ação Civil.
5. Jurisdição. Órgãos de Jurisdição Penal. Competência. Métodos de determinação e modificação da competência. Conflito de jurisdição. Conflito de Competência. Competência da Justiça Federal e da Justiça Militar Estadual.
6. Sujeitos do processo. Capacidade processual. Legitimidade. O Ministério Público e seu assistente. Acusado e defensor. O interrogatório do acusado e a ampla defesa. Princípios que regem o contraditório.
7. Processo e procedimento. Dos procedimentos comuns e especiais.
8. Das medidas assecuratórias.
9. Da insanidade mental do acusado.
10. Das provas.
11. Instrução criminal. Prisão e suas modalidades. Liberdade provisória. Fiança. Citações e intimações. Questões e processos incidentes.
12. Sentença criminal; formalidades essenciais; declaração da sentença; nova definição jurídica do fato; publicidade; efeitos. A validade da sentença condenatória criminal enquanto coisa julgada inconstitucional.

13. Crimes da competência do júri e do juiz singular. Pronúncia. Impronúncia. Absolvição sumária. Desclassificação. Desqualificação. Libelo. Quesitos. Do Julgamento pelo júri.

14. Recursos. Fontes normativas dos recursos. Classificação dos recursos. Procedimento recursal. Efeitos dos recursos. Juízo de admissibilidade. Extinção anormal das vias recursais. Dos recursos em espécie. Nulidades.

NOÇÕES BÁSICAS DE CUSTAS JUDICIAIS E TAXA JUDICIÁRIA

1. Contagem, Cobrança e Pagamento.
2. Não Incidência e Isenções.
3. Prazo para Pagamento
4. Fiscalização e Penalidades.

Estrutura organizacional e funcionamento da Corregedoria-Geral de Justiça, normatizados na Resolução nº 821/2016 e no Provimento nº 355/CGJ/2018.

Legislação:

1. Lei Estadual nº 14.939, de 29 de dezembro de 2003 (Lei de Custas e Taxa Judiciária)
2. Provimento-Conjunto nº 75, de 24 de setembro de 2018 (Regulamenta o recolhimento das custas judiciais, da taxa judiciária, das despesas processuais e dos demais valores e dá outras providências).

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

1. Serviços Notariais e de Registro. Natureza e Fins. Especialidades.
2. Notários e Registradores. Atribuições e Competências. Responsabilidade Civil e Criminal. Incompatibilidades e Impedimentos. Direitos e Deveres. Infrações Disciplinares e Penalidades.
3. Ingresso na Atividade Notarial e de Registro.
4. Prepostos
5. Fiscalização pelo Poder Judiciário
6. Extinção da Delegação
7. Emolumentos e Taxa de Fiscalização Judiciária

Legislação:

1. Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios).
2. Lei Estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Emolumentos e Taxa de Fiscalização Judiciária)

LEGISLAÇÃO ESPECIAL:

1. Resolução nº 217 da 3ª Assembleia Geral da ONU, de 10 de dezembro de 1948 (Declaração Universal dos Direitos Humanos).
2. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 (Execução Penal).
3. Lei 7.347, de 24 de julho de 1985 (Ação Civil Pública).

4. Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009 (Mandado de Segurança)
5. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989 (Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência).
6. Lei 8.069, de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
7. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9. Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).
10. Lei Estadual 20.826 de 31 de julho de 2013 (Estatuto Mineiro da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).
11. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
12. Lei Estadual 14.167 de 10 de janeiro de 2002 (Adoção do Pregão no âmbito do Estado de Minas Gerais).
13. Decreto Estadual 44.786 de 18 de abril de 2008 (Regulamenta o Pregão no âmbito do Estado de Minas Gerais).
14. Decreto Estadual 46.311 de 16 de setembro de 2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Estado de Minas Gerais).
15. Lei 8.429 de 2 de junho de 1992. (Lei da Improbidade Administrativa)
16. Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).
17. Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei da Transparência).
18. Lei Estadual 14.184 de 31 de janeiro de 2002 (Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual).
19. Lei Estadual 13.994 de 18 de setembro de 2001 (Institui o CAFIMP).
20. Decreto Estadual 45.902 de 27 de janeiro de 2012 (Dispõe sobre o CAGEF e regulamenta o CAFIMP).

Analista Judiciário/ASSISTENTE SOCIAL

- 1) Fundamentos históricos: teóricos e metodológicos do serviço social.
- 2) Serviço Social e Ética: dimensão ético-política da profissão.
- 3) Código de Ética Profissional do Assistente Social- Resolução do Conselho Federal de Assistente Social – CFAS – nº 273, de 13/5/1993. Lei da Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662, de 7/6/1993.
- 4) Serviço social de casos: conceituação; metodologia de trabalho na ação com indivíduos e grupos familiares; técnicas e instrumentais de trabalho; atendimento de caso; etapas do trabalho (entrevista, estudo do caso, diagnóstico, avaliação, intervenção).
- 5) Serviço social e família: teoria da família (sistêmica); transformações na família (violência doméstica e separação de casal).
- 6) Serviço social e equipe interdisciplinar.
- 7) Serviço social e o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 8) Serviço social e o Estatuto do Idoso.
- 9) Serviço social e a Lei de Execução Penal.
- 10) Serviço social e a Legislação em saúde mental: a inserção social do portador de sofrimento mental infrator na rede da cidade em consonância com as políticas públicas de assistência ao portador de sofrimento mental, garantindo acessibilidade à cidadania, de forma intersetorial segundo os princípios antimanicomiais.
- 11) Serviço social e planejamento: alternativas metodológicas de processos de planejamento, monitoramento e avaliação- formulação de programas, projetos e planos. Indicadores sociais de avaliação: verificabilidade e demonstração da efetividade e do alcance social do processo de trabalho do assistente social.
- 12) Serviço social no Poder Judiciário: funções e atribuições. A perícia em Serviço Social e a elaboração de laudos sociais e pareceres.

13) Depoimento especial da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência previsto na Lei nº 13.431, de 2017.

Legislação:

- 1) Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) arts. 43 a 47; art. 55 e arts. 77 a 82.
- 2) Lei Federal nº 13.105 de 16 de março de 2015. (Código de Processo Civil).
- 3) Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Execução Penal) arts. 40 e 41; art. 61; arts. 147 a 149; arts. 151 a 154; art. 156; art. 158; arts. 160 e 161; arts. 180 e 181 e art. 202.
- 4) Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) arts. 7º a 52; arts. 90 a 94; arts. 98 a 140 e arts. 150 a 190.
- 5) Decreto Federal nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 (Convenção sobre os Direitos da Criança).
- 6) Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Juizados Especiais) arts. 60 e 61; art. 76; art. 85 e art. 89.
- 7) Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).
- 8) Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher).
- 9) Lei Federal nº 11.343 de 23 de agosto de 2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas).
- 10) Lei Federal nº 12.010 de 29 de julho de 2009 (Adoção).

Analista Judiciário/BIBLIOTECÁRIO

1. Ciência da Informação e Biblioteconomia. Objeto, conceitos, fundamentos e paradigmas. Informação e conhecimento. Sociedade da informação: aspectos históricos e conceituais. O bibliotecário na sociedade da informação. Ética profissional.
2. Sistemas de informação especializados. Administração e planejamento. Formação, desenvolvimento e gestão de coleções: seleção, aquisição, avaliação e descarte.
3. Organização e recuperação da informação. Código de catalogação anglo-americano. Formato MARC bibliográfico e para dados de autoridade. Indexação. Catalogação. Classificação. Análise de assunto. Linguagens de indexação. Fundamentos, ferramentas e estratégias de recuperação da informação.
4. Recursos e serviços informacionais. Conceituação, tipologia e características das fontes de informação. Documentação e informação na área jurídica. Formas de informação jurídica. Legislação. Doutrina Jurisprudência. Recursos informacionais eletrônicos. Bibliotecas digitais. Redes e sistemas de informação. Disseminação da informação.
5. Usuários. Comportamento, necessidades, demandas, expectativas e usos da informação. Estudos de usuários. Educação de usuários. Serviço aos usuários. Serviço de referência. Normalização de trabalhos e publicações.

Analista Judiciário/CONTADOR

1. Fundamentos de Contabilidade Financeira (Geral): estrutura conceitual básica da Contabilidade, objetivos da Contabilidade, princípios fundamentais da Contabilidade segundo o Conselho Federal de Contabilidade, patrimônio e sua composição, equação fundamental do patrimônio, estados patrimoniais, fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.
2. Componentes patrimoniais Ativos: conceitos, conteúdo e classificação dos grupos e subgrupos de acordo com a Lei n. 6.404/76, composição das contas de ativo, critérios de avaliação, métodos de avaliação dos estoques, aspectos fiscais relativos a estoques. Ativo Imobilizado: conceituação, classificação, conteúdo das contas, critério de avaliação e mensuração do ativo imobilizado, depreciação, exaustão e amortização, redução ao valor recuperável. Passivo: conceitos, conteúdo e classificação dos grupos e subgrupos de acordo com a Lei n. 6.404/76, composição das contas de passivo, critérios de avaliação, provisões. Resultado de exercícios futuros. Patrimônio líquido: conceitos, conteúdo e classificação dos grupos e subgrupos de acordo com a Lei n. 6.404/76, composição das contas do patrimônio líquido, critérios de avaliação, formação e alterações do capital social. Reservas e Provisões: diferenciação entre reservas e provisões, tipos de reservas, constituição e reversão de reservas, tratamento contábil e forma de avaliação. Composição e tratamento contábil da conta lucros ou prejuízos acumulados.

3. Conceituação de receitas, ganhos, despesas, custos e perdas. Receitas: apuração e apropriação das receitas, tipos e classificação, tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Despesas: apuração e apropriação das despesas, classificação e tratamento legal, formas de Contabilização, observância dos princípios contábeis.
4. Custos dos produtos/mercadorias/serviços vendidos: conceitos, formas de apuração e contabilização. Receitas e despesas não-operacionais: definição, conteúdo, tipos, formas de apuração, contabilização.
5. Plano de contas, fatos e lançamentos contábeis. Escrituração contábil e registro de operações típicas de empresas comerciais, industriais e de serviços. Principais livros e documentos fiscais. Livros contábeis (diário, razão, caixa, contas-corrente). Controle de contas bancárias, incluindo conferência e conciliação de saldos. Planejamento e controle de caixa. Elaboração de relatórios financeiros a partir dos livros contábeis. Classificação, organização e arquivamento de documentos comprobatórios dos registros contábeis. Sistemas de escrituração.
6. Apuração do Resultado, encerramento de exercício social e distribuição do resultado. Provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social. Participações e contribuições: conceitos, formas de cálculo e contabilização. Distribuição do resultado (destinação de Lucros): tipos de distribuição, disposições legais, forma de cálculo, contabilização e apresentação (divulgação).
7. Demonstrações Financeiras segundo a Lei n. 6.404/76: tipos de demonstrações, obrigatoriedade de apresentação, conceitos e forma de apresentação (divulgação). Notas Explicativas às demonstrações financeiras. Consolidação de demonstrações financeiras.
8. Análise das demonstrações financeiras: análise horizontal e vertical: análise do capital de giro; índices de liquidez, de endividamento, de rentabilidade (lucratividade) e de rotatividade (de atividades); alavancagem financeira e operacional.
9. Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, plano plurianual (PPA), diretrizes orçamentárias, orçamento base zero, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução e avaliação do orçamento.
10. Processo de elaboração de proposta orçamentária. Planejamento e controle orçamentário.
11. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA): finalidade de cada uma e inter-relação entre elas, importância destas leis para a contabilidade governamental, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no PPA e PPAG.
12. Receita Pública: conceito, classificação (receitas correntes, receitas de capital), estágios (previsão, lançamento, arrecadação, recolhimento) e codificação da receita (classificação da receita por categoria econômica, classificação da receita por fontes). Restituição e Anulação de Receitas.
13. Despesa Pública: conceito, classificação da despesa quanto à natureza (categorias econômicas, grupo de despesas, modalidade de aplicação, elemento de despesas) e estágios (fixação, empenho, liquidação, pagamento).
14. Dívida ativa: conceito, inscrição e classificação (natureza tributária, natureza não tributária). Dívida passiva: conceito e classificação (dívida fluante, dívida fundada). Suprimento de fundos: conceito, concessão e restrições na concessão. Despesas de exercícios anteriores: conceito, ocorrência e prescrição.
15. Restos a pagar: conceito, classificação (restos a pagar processados, restos a pagar não processados), pagamento, cancelamento e prescrição.
16. Contabilidade Governamental: conceito, objetivo, classificações, normas, campo de aplicação e regimes contábeis. Controle contábil na administração pública. Sistema de contabilidade governamental. Patrimônio na administração pública: conceito e aspectos quantitativos e qualitativos. Inventário na administração pública.
17. Escrituração na administração pública: normas, sistema de contas, plano de contas, registro de operações típicas.
18. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (edição vigente no ano do concurso): Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; procedimentos contábeis orçamentários; procedimentos contábeis patrimoniais; procedimentos contábeis específicos; plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) e demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às DCASP, Consolidação das Demonstrações Contábeis.
19. Dispositivos da lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) e da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº14.133/2021) que interferem no processo contábil das organizações (sujeitas a estas leis). Modalidades, limites, dispensa e inexigibilidade de licitação para compras, obras e serviços. Cláusulas necessárias nos contratos. Documentos hábeis a serem fornecidos pelos credores, na entrega dos materiais, prestação de serviços ou execução de obras. O exercício financeiro. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo.
20. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública: conceituação, características, procedimentos, responsabilidades dos gestores públicos, relatórios, prazos, legislação que disciplina estes procedimentos. Controle de custos na administração pública. Fundamentos sobre controle, controle interno e controle externo na administração pública.
21. NBC TI 01 - Da Auditoria Interna: Conceituação e objetivos da Auditoria Interna; Papéis de Trabalho; Fraude e erro; Planejamento da Auditoria Interna; Riscos da Auditoria Interna; Procedimentos da Auditoria Interna; Amostragem; Processamento eletrônico de dados – PED; Normas relativas ao relatório da Auditoria Interna.

Analista Judiciário/ENFERMEIRO

1. Código de ética e legislação do exercício profissional: aspectos éticos e legais que fundamentam a prática do exercício profissional da Enfermagem.
2. Políticas públicas em saúde e sua evolução histórica. Lei orgânica de saúde a partir da Constituição de 1988.
3. Processo de trabalho em saúde: trabalho em equipe, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade
4. Gestão e Administração em Enfermagem: planejamento, organização, coordenação e avaliação da assistência de enfermagem em nível ambulatorial.
5. Tomada de decisão na administração da assistência, da equipe e do serviço de enfermagem.
6. Enfermagem e Recursos Humanos: recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento e avaliação de desempenho.
7. Administração de materiais e enfermagem: normas, rotinas e manuais, elaboração e utilização na enfermagem.
8. Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) - Sistemas de classificação da prática profissional do enfermeiro.
9. Biossegurança e Medidas de proteção ambiental coletiva e individual (limpeza, desinfecção, descontaminação e esterilização do ambiente, artigos e superfícies das unidades de saúde, uso de equipamentos de proteção individual – EPIs).
- 10 Fundamentos de enfermagem: técnicas básicas - curativos, enfaixamentos, controle de glicemia, sinais vitais, ECG, administração de medicação oral e parenteral, oxigenoterapia.
11. Princípios da administração de medicamentos e cuidados de enfermagem, relacionados à terapêutica medicamentosa - noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação.
12. Suporte básico de vida e assistência de enfermagem em intercorrências ambulatoriais (reconhecimento e manejo inicial): crise asmática, dispneia, epistaxe, crise hipertensiva, dor torácica, arritmias cardíacas, parada cardiorrespiratória, crise convulsiva, agitação psicomotora, cefaleia, quedas, síncope, náuseas, vômitos, dor abdominal, diarreia, cólica renal, hipoglicemias, hiperglicemia, urticária, lombalgia, ferimentos, hemorragias, fraturas e politraumatismo, intoxicação e queimaduras.
13. Processo saúde-doença.
14. Doenças de notificação compulsória.
15. Assistência de enfermagem na saúde da mulher, do adulto e do idoso.
16. Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de doenças infectocontagiosas, sexualmente transmissíveis, crônicas e degenerativas;
17. Assistência de enfermagem em saúde mental e em drogadição: tabagismo, alcoolismo e outras dependências químicas.
18. Enfermagem na assistência à saúde do trabalhador:
19. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Portaria no. 1823, de 23 de agosto de 2012.
20. Resolução CNJ Nº 207/2015
21. Relação trabalho e saúde.

Analista Judiciário/ENGENHEIRO CIVIL

1. Análise Estrutural: Conceitos fundamentais; condições de equilíbrio; graus de liberdade; esforços simples; cargas. Vigas isostáticas: equações fundamentais da estática; vigas biapoiadas; vigas engastadas e livres; vigas biapoiadas com balanço; vigas Gerber; vigas inclinadas. Pórticos isostáticos planos: pórticos simples; pórticos com barras curvas; pórticos compostos. Arcos triarticulados. Treliças isostáticas: introdução e classificação de treliças; solução por equilíbrio de nós; método de Ritter; introdução ao estudo das treliças espaciais. Grelhas isostáticas. Pórticos espaciais isostáticos. Estudo das cargas móveis em estruturas isostáticas: introdução, linhas de influência – definição; obtenção das linhas de influência para as estruturas isostáticas. Estruturas sobre apoios elásticos: apoios elásticos discretos; vigas sobre base elástica. O método dos deslocamentos: grau de indeterminação cinemática; o mecanismo do método; aplicações em sistemas estruturais reticulados planos. Introdução ao estudo dos cabos; considerações preliminares; cabos com carregamento distribuído segundo o vão; cabos com carregamento uniformemente distribuído segundo seu comprimento.
2. Estruturas: Fundamentos do projeto estrutural: segurança das estruturas; ações e cargas usuais em estruturas; combinação de cargas; normas técnicas brasileiras pertinentes (ABNT). Estruturas de madeira: características mecânicas das madeiras; elementos estruturais; ligações; dimensionamento; sistemas estruturais usuais em madeira. Estruturas metálicas: características mecânicas dos

materiais metálicos; elementos estruturais; ligações; dimensionamento; sistemas estruturais usuais em estruturas metálicas. Estruturas em concreto armado: fundamentos do concreto armado; características mecânicas do concreto; o aço: características mecânicas do aço para concreto armado; as bases do dimensionamento: definição dos estados limites, métodos de cálculo, aderência, ancoragem e emendas de barras de armação.

3. Mecânica dos Solos: Rochas e solos: generalidades. Elementos constitutivos dos solos; índices fundamentais; estrutura do solo; granulometria; teoria do densímetro; classificação dos solos; limites de consistência. Compactação e estabilização dos solos; permeabilidade, compressibilidade e consolidação. Distribuição de pressão nos solos; cisalhamento; estabilidade. Prospecção e amostragem. Ensaio de resistência de solos; tensões. Recalques nas fundações; provas de carga; fundações diretas e profundas; tipos e características das estacas.

4. Materiais de Construção: Materiais de uso corrente no campo de Engenharia Civil. Características tecnológicas, métodos de ensaios, especificações, normatizações. Madeiras, materiais metálicos, betuminosos, cerâmicos, alvenarias, argamassas, concreto: dosagem e controle tecnológico.

5. Construção de Edifícios: O projeto e aspectos legais. Planejamento de uma obra de construção civil; estudos econômicos e financeiros de uma obra; especificação e orçamento; cronogramas; canteiro de obras; locação da obra. A construção: fundações, alvenarias, coberturas, instalações prediais (hidráulicas, sanitárias e elétricas), revestimentos, pisos, pinturas, vidros, limpeza, entrega de uma obra.

6. Instalações de segurança, prevenção e combate a incêndio. Decreto 44.746/2008 e Instruções Técnicas;

7. Avaliações de imóveis urbanos – NBR 14.653-1 e NBR 14.653-2.

8. Conhecimento básico na análise de projetos arquitetônicos e estruturais através de meio eletrônico (autocad que é o programa utilizado pelo TRIBUNAL através de licenças já adquiridas).

9. Noções de instalações técnicas de edificações: hidro-sanitárias, elétricas, ar condicionado, telecomunicações (NBR 8.160, NBR 10.844, NBR 5.626);

10. Normas de segurança do trabalho: NR-6 (E.P.I.), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção).

Analista Judiciário/ENGENHEIRO ELETRICISTA

1. Dimensionamento de alimentadores

1.1. métodos de dimensionamento

1.2. materiais condutores e suas características

1.3. materiais de isolamento e suas características

1.4. proteção dos alimentadores

1.5. cálculo de queda de tensão

2. Cálculo e dimensionamento de subestações de (13,8/0,22/0,38)kV

2.1. transformadores

2.2. chaves seccionadoras

2.3. quadros de distribuição e proteção de circuitos

2.4. grupos geradores diesel/elétricos

3. Cálculo de curtos circuitos

3.1. análise das correntes de curto circuito

3.2. tipos de curto circuito

3.3. cálculo da corrente de curto circuito

3.4. curtos circuitos simétricos

4. Máquinas elétricas convencionais

4.1. transformadores

- 4.2. motores de indução
- 4.3. motores síncronos
- 4.4. motores de pequena potência
- 5. Partida de motores elétricos
 - 5.1. partida direta
 - 5.2. partida com chave estrela/triângulo
 - 5.3. partida com chave compensadora
- 6. Proteção de circuitos elétricos
 - 6.1. coordenação e seletividade da proteção
 - 6.2. dispositivos de proteção
 - 6.3. critérios de dimensionamento das proteções
 - 6.4. normas técnicas
- 7. Luminotécnica
 - 7.1. tipos de lâmpadas e suas aplicações
 - 7.2. reatores e ignitores
 - 7.3. características das luminárias
 - 7.4. cálculo do nível de iluminação
 - 7.5. iluminação de exteriores
- 8. Medição elétrica
 - 8.1. instrumentos elétricos de medição
 - 8.2. grandezas elétricas
 - 8.3. transformadores de corrente
 - 8.4. medição da resistência de terra
 - 8.5. medidores de energia reativa
- 9. Aterramento e SPDA
 - 9.1. proteção contra contatos indiretos
 - 9.2. aterramentos
 - 9.3. sistemas de aterramento da rede elétrica
 - 9.4. elementos de uma malha de aterramento
 - 9.5. tipos de pára-raios
 - 9.6. sistemas de proteção contra transientes
- 10. Telefonia
 - 10.1. redes telefônicas internas convencionais
 - 10.2. centrais privadas de comutação telefônica

11. Redes de comunicação de dados de alta velocidade (cabramento estruturado)
 - 11.1. noções de redes de comunicação de dados
 - 11.2. topologias de rede
 - 11.3. equipamentos de rede de comunicação de dados
 - 11.4. conhecimento da norma brasileira.
12. Desenvolvimento de projetos elétricos através de meio eletrônico (autocad que é o programa utilizado pelo TRIBUNAL através de licenças já adquiridas).
13. Segurança em instalação e serviços elétricos – NR 10.
14. Normas de instalações elétricas das concessionárias em Minas Gerais – CEMIG. ND 5.1, ND 5.2 e ND 5.3.
15. NBR 5.410/2005 – Instalações elétricas de baixa tensão, NBR 5.419/2005 – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas, NBR 14.565/2007 – Cabramento de telecomunicações em edifícios comerciais;
16. Controle e Automação Predial: sistemas de ar condicionado e supervisão e gerenciamento de energia;
17. Sistemas de segurança eletrônica: alarmes eletrônicos, CFTV – Circuito fechado de TV, controle de acesso, sistemas de detecção e combate a incêndio.

Analista Judiciário/MÉDICO

1. Saúde do trabalhador
 - 1.1. Conceito de patologia do trabalho e mecanismos de patogênese Detecção dos agravos à saúde relacionados ao trabalho – consulta clínica e aspectos epidemiológicos.
 - 1.2. Acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho na perspectiva da saúde do trabalhador – aspectos conceituais e legais, investigação das relações saúde-trabalho, o estabelecimento do nexo causal da doença com o trabalho e as ações decorrentes.
 - 1.3. Organização do trabalho e seus impactos na saúde dos trabalhadores.
 - 1.4. Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos ocupacionais - NR-1.
 - 1.5. Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional - NR7.
 - 1.6. Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos - NR-09.
 - 1.7. Ergonomia e higiene ocupacional para identificação e redução dos riscos ocupacionais - NR17.
 - 1.8. Equipamentos de proteção individual - NR6.
 - 1.9. Trabalho remoto (teletrabalho) e riscos para saúde.
 - 1.10. Caracterização de situações de insalubridade, periculosidade e penosidade.
 - 1.11. Perfil profissiográfico previdenciário.
 - 1.12. Violência e trabalho. Assédio Moral e Sexual no Trabalho.
 - 1.13. Participação dos trabalhadores e responsabilidade das empresas na redução e eliminação dos riscos ocupacionais.
 - 1.14. Patologias do trabalho: psicopatologia e saúde mental no trabalho, doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho.
 - 1.15. Promoção da Saúde no Trabalho e imunização dos trabalhadores.
 - 1.16. Manejo do problema de álcool, tabagismo e drogas nos locais de trabalho.
 - 1.17. Stress e qualidade de vida no trabalho: identificação do problema, estratégias de abordagem e prevenção.
 - 1.18. Noções de estatística e indicadores de saúde-doença, absentismo, uso de planilhas.

- 1.19. Inclusão de pessoas com deficiência e ações afirmativas para população negra e parda.
- 1.20. Pandemia de Covid-19: epidemiologia, medidas de prevenção, sintomas clínicos, sequelas.
2. Atendimento de intercorrências ambulatoriais (reconhecimento e manejo inicial): crise asmática, dispneia, epistaxe, crise hipertensiva, dor torácica, arritmias cardíacas, suporte básico de vida, crise convulsiva, agitação psicomotora, cefaleia, síncope, náuseas, vômitos, dor abdominal, diarreia, cólica renal, hipoglicemias, hiperglicemia, urticária, lombalgia, ferimentos e queimaduras.
3. Perícias administrativas no âmbito do serviço público:
 - 3.1. Exame pré admissional
 - 3.2. Caracterização de pessoa com deficiência para fins de ingresso no serviço público e aposentadoria especial Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para aposentadoria (IFBrA)
 - 3.3. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e aplicação em perícias
 - 3.4. Avaliação de incapacidade temporária para o trabalho - licença para tratamento de saúde e licença por acidente de trabalho
 - 3.4. Estabelecimento do nexa causal entre acidente de trabalho na perspectiva médico-pericial
 - 3.5. Readaptação e Ajustamento funcional
 - 3.6. Avaliação de incapacidade definitiva para o serviço público (aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho)
 - 3.7. Reversão de aposentadoria
 - 3.8. Doenças graves específicas em lei - conceito e critérios de enquadramento para isenção de imposto de renda
 - 3.9. Avaliação da capacidade laborativa
 - 3.10. Exame médico pericial clínico, ortopédico e psiquiátrico
 - 3.11. Ética médica em perícias

Legislação para consulta

1. Resolução CNJ Nº 207/2015;
2. Resolução CNJ Nº 227 de 15/06/2016;
3. Resolução CNJ Nº 401, de 16 de junho de 2021;
4. Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e Lei Federal nº. 13.146/2015 - Estatuto da pessoa com Deficiência;
5. Lei Complementar Nº 142, de 08 de maio de 2013;
6. Decreto Estadual nº 3.298, de 1999 e suas alterações;
7. Lei Nº 14.426, de 22 de março de 2021 – classifica a visão monocular como deficiência sensorial;
8. Lei Nº 12.288, DE 20 de julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial;
9. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 201 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
10. Lei Estadual nº. 869 de 05 de julho de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais;
11. Lei Complementar Estadual nº. 64 de 25 de março de 2002 (Ementa com redação dada pelo art. 13 da Lei Complementar nº 156, de 22/9/2020);
12. Lei Complementar 110 de 29 de dezembro de 2009;
13. Lei Complementar Estadual 156 de 2020;
14. Lei Estadual nº 9.401 de 18 de dezembro de 1986 e Decreto Estadual n.º 27.471 de 22 de outubro de 1987 – Redução de Jornada para o servidor público estadual;
15. Lei Federal nº 7.713, de 1988 – critérios para isenção de imposto de renda;

16. Lei Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 – Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
17. Decreto estadual nº 113, de 12 de março de 2020;
18. Resolução CFM Nº 2.297, de 18 de agosto de 2021 - Conselho Federal de Medicina.

Sugestão de Literatura para consulta:

Manual da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde ocupacional de Minas Gerais. Disponível em https://www.portaldoservidor.mg.gov.br/images/documentos/catalogos-manuais/Cartilha_administrativa_Maio2017.pdf

Manual de Pericia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal - 3ª Edição - Ano 2017

Patologia do Trabalho - René Mendes 3ª Edição

Livros de medicina de urgência, semiologia e patologia ortopédica e psiquiátrica.

Analista Judiciário/PSICÓLOGO

1. Diagnóstico psicológico: conceituação e objetivos; tipos de processo diagnóstico; avaliação psicológica: conceitos, princípios éticos e técnicas; entrevista psicológica: definição, tipos e finalidade; elaboração de laudos.
2. Aconselhamento psicológico: métodos e técnicas.
3. Técnicas de intervenção psicológica: psicoterapia breve e emergencial; as entrevistas preliminares e seus efeitos imediatos.
4. Psicopatologia: alterações da percepção, representação, juízo, raciocínio, memória, atenção, consciência e afetividade; doenças de natureza psíquica (alcoolismo, depressão, esquizofrenia, ansiedade); semiologia e nosologia dos transtornos mentais.
5. A criança e o adolescente: desenvolvimento emocional e social. Meninos e meninas com trajetória de rua: características contemporâneas do fenômeno e de sua abordagem. Crianças sob risco pessoal e social: violência familiar, abuso sexual, acolhimento institucional ou familiar e adoção. Adolescência e criminalidade: ato infracional e medidas socioeducativas; tráfico de drogas e projetos de intervenção; adolescência e rede de saúde. Depoimento especial.
6. Família: família e desenvolvimento da personalidade; as transformações modernas e contemporâneas da família. Teorias psicológicas e abordagem clínica da família: teoria sistêmica e teoria psicanalítica. A família no discurso jurídico: tipos de processo; perícia; orientação, acompanhamento e intervenção nos conflitos. Violência doméstica.
7. Paciente portador de sofrimento psíquico e a Justiça: Interdição civil; psicopatologia e criminalidade; os princípios da luta antimanicomial e o acompanhamento dos pacientes em medida de segurança.
8. O psicólogo judicial e a Execução Penal.
9. Mediação e conciliação: técnicas e objetivos.
10. Psicologia e Justiça: compromisso social, ética e direitos humanos.
11. *Justiça e práticas restaurativas.*
12. Elaboração de documentos psicológicos;
13. Qualidade de vida no trabalho; os vínculos nas instituições.
14. Saúde mental e trabalho.
15. Assédio moral no trabalho
16. Psicologia Organizacional; gestão de pessoas; teletrabalho; educação profissional.

17. Ética e ética profissional;
18. Formação pessoal e humanística para magistratura
19. Gestão estratégica de pessoas com foco em competências: conceitos e abordagens teóricas
 - 19.1. Ferramentas de gestão por competências.
20. Gestão estratégica de pessoas em ambientes multigeracionais;
21. Relação entre trabalho, subjetividade e adoecimento relacionados ao trabalho
 - 21.1. Atuação do psicólogo na interface saúde/trabalho/educação
22. Psicologia de grupo e equipes de trabalho
 - 22.1. Fundamentos teóricos e técnicos sobre grupos, negociação e resolução de conflitos nos grupos.
23. Adoção Internacional: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Cartilha Adoção Internacional no Estado de Minas Gerais (versão atualizada).

Legislação:

1. Lei Federal nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) Título V – Seção I e Seção II do Capítulo I, Capítulo IV e Capítulo V.
2. Lei Federal nº 13.105 de 16 de março de 2015. (Código de Processo Civil).
3. Lei Federal nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (Execução Criminal) especialmente o Título II e o Título IV.
4. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
5. Lei Federal nº 9.099 de 26 de setembro de 1995 (Juizados Especiais) especialmente o Capítulo III.
6. Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) Livro IV, Título I, Título III e Título IV.
7. Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).
8. Lei Federal 13.431/2017 de 4 de abril de 2017.
9. CONSELHO Nacional de Justiça. Resolução n 125, de 29 nov 2010. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>
10. CONSELHO Nacional de Justiça. Resolução n 225, de 31 maio 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>

Referência bibliográfica sugerida:

1. AZEVEDO, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial, 6. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>
- ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.
- ZEHR, Howard. Trocando as Lentes: Um novo foco sobre o crime e a justiça restaurativa. São Paulo: Palas Athena, 2015.
- BITENCOURT, Cláudia. Gestão contemporânea de pessoas. Novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2010.
2. CODO, W. JACQUES, M. G. Saúde Mental e Trabalho. Leituras, Vozes, 2002.
3. CODO, W.; SAMPAIO, J.J.C.; HITOMI, A. H. Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar. 2a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
4. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/2005, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.

5. Resolução CFP nº 002/2016, de 21 de janeiro de 2016. Regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP nº 001/2002. Brasília, 2016.
6. Resolução CFP nº 009/2018, de 25 de abril de 2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e nº 02/2017.
- Resolução CFP Nº 006/2019, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019.
7. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 3ª Edição. Porto Alegre: ARTMED, 2018.
8. DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6a. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 2018. 224p.
9. DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: ABDOUCHELI, E; DEJOURS, C.; JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho. SP: Atlas, 1994, cap. 1, p. 21-32.
10. FIGUEIREDO, Luis Cláudio. A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900). 7. ed. São Paulo: Ed. Escuta, 2007.
11. HAN, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.
12. KUENZER, Acácia. Conhecimento e Competência no Trabalho e na Escola. Disponível em <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br>.
13. LINS, Manuela R. C.; CALLEGARO, Juliane. Avaliação psicológica: aspectos teóricos e práticos. Partes I e III.1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
14. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. 2ª Ed. UNESCO, Cortez Editora, 2018, edição brasileira.
15. ROCHA, Cesar Asfor. Cartas a um jovem juiz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
16. SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. (Orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autentica, 2020.
17. SOBOLL, L. A. (Org.). Intervenções em assédio moral e organizacional. LTr, 2017.
18. ZANELLI, José Carlos; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; BARRETO, André de Carvalho. Os Impactos no Mundo do Trabalho e a Prática Reflexiva Telepresencial no Contexto da Pandemia. In Bentivi, Daiane Rose Cunha (Org.). Retrato da psicologia brasileira no cenário da COVID-19. Volume 3. (pp. 13-26). Coleção O trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Porto Alegre: Artmed.
19. CARBONE, P.P.; BRANDÃO, H.P.; LEITE, J.B.; VILHENA, R.M. Gestão por competências e gestão do conhecimento. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
20. FERNANDES, B. R. Gestão estratégica de pessoas: com foco em competências, 2013
21. DUTRA, J. S. Competências: Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna. São Paulo: Atlas, 2007.
22. DUTRA, J.S. Avaliação de Pessoas na empresa contemporânea. Atlas, 2014.
23. BRASÍLIA. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota Técnica nº 1/2018/GTEC/CG. Nota Técnica sobre os Impactos da Lei nº 13.431/2017 na Atuação das Psicólogas e dos Psicólogos, 24 de janeiro de 2018. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1_2018_GTEC_CG.pdf, acesso em 17/12/2021.
24. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2019b). Resolução nº 06, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019.
25. AMENDOLA, Márcia Ferreira. Crianças no labirinto das acusações: falsas alegações de abuso sexual. Curitiba: Juruá, 2009.
26. BORSA, Juliane Callegaro (org.). Avaliação psicológica aplicada a contextos de vulnerabilidade psicossocial. São Paulo: Vetor, 2019.
27. FRANÇA, Cassandra Pereira (org.). Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual. Blucher, 2017.
28. FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, pp. 75-174.
29. FREUD, Sigmund. A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. IX, p. 99-115.
30. FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e ansiedade. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977a, vol. XX.
31. GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (orgs.). Psicologia Jurídica no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

32. LEVINZON, Gina. Adoção – Clínica Psicanalítica. Casa do Psicólogo: 2009.
33. LINS, Manuela Ramos Caldas; BORSA, Juliane Callegaro (orgs). Avaliação Psicológica: aspectos teóricos e práticos. Petrópolis: Vozes, 2017.
34. RAMOS, M. (org.). Casal e família como paciente. São Paulo: Escuta, 1994.
35. SOUSA, Analicia Martins. Síndrome de Alienação Parental. São Paulo: Cortez, 2010.
36. WINNICOTT, Donald. Privação e delinquência. São Paulo: Martins Fontes, 2012
37. LACAN, Jacques. Notas sobre a criança. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p.369-370.
38. ALBERTI, Sonia. O adolescente e o Outro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Analista Judiciário/REVISOR JUDICIÁRIO

1. Indução, dedução e silogismo (Causa, consequência, raciocínio dedutivo e indutivo);
2. Parágrafo como unidade de composição (parágrafo e frase, parágrafopadrão, extensão do parágrafo, diferentes feições do tópico frasal);
3. Características gerais da textualidade (intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade);
4. Coerência e coesão textual;
5. Ordem, ênfase e clareza (impessoalidade, precisão e objetividade);
6. Organização da frase: ordem direta e ordem inversa;
7. Adequação de parágrafos prolixos ou de frases fragmentadas (desdobramento e reconstrução de períodos);
8. Noções de edição (preparação de textos destinados à publicação);
9. Ambiguidades e outros vícios de linguagem;
10. Vozes verbais;
11. Uso correto de formas nominais, infinitivo, gerúndio e particípio;
12. Paralelismo sintático e paralelismo semântico;
13. Termos, expressões e construções utilizadas em textos jurídicos e administrativos (Há que + infinitivo, Se não / senão; A princípio / em princípio; A par de / ao par de; À unanimidade/Por unanimidade, etc.);
14. Problemas de caráter morfológico, sintático e semântico recorrentes na produção textual (dúvidas e dificuldades da Língua Portuguesa);
15. Adequação vocabular;
16. Noções de técnica legislativa e sistemática das leis (artigos, parágrafos, incisos e alíneas);
17. Normas técnicas de acordo com especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), tais como indicação de fontes, formatação, referências e anexos).

REFERÊNCIAS

- 1 - GARCIA, Othon Moacir. Comunicação em prosa moderna. 2. ed. 4. tiragem, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973. 502 p.;
- 2 - VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 3.ed São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133 p., il. (Texto e linguagem);
- 3 - BRASIL. Manual de Redação da Presidência da República. 3ª. edição, revista, atualizada e ampliada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.;
- 4 - CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário de dificuldades da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.